

C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

#### **CONTRATO 02/2013**

Contrato de prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, que entre si celebram o SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO e VIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA.

Pelo presente instrumento, tendo de um lado o SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO, inscrita no C.N.P.J sob nº 02.392.034/0001-02, com sede localizada na Rua dos Funcionários, 1323, neste ato representado pelo Superintendente Vice-Governador e Secretário de Estado da Educação, Flávio José Arns e pelos Diretores: Técnico, o Senhor Décio Sérgio Ramon Vianna RG. Gonçalves R.G. 2555-155SP/PR, CPF n.º 1555 e doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa arrematante do Pregão Eletrônico Nº 001/2012, VIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.502.533/0001-60 com sede na Avenida Vicente Machado nº 2395 - Batel -CEP: 80.440-020, em Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu sócio gerente, o Senhor Carlos Luiz Brandini RG IIPR e CPF 91 CRM-PR 7.337 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, acordaram em celebrar o presente contrato, obedecidas as condições constantes do Edital Pregão Eletrônico nº 001/2012 e da proposta da CONTRATADA, datada de 10/01/2013, documentos estes que fazem parte integrante do presente contrato em todos os seus conteúdos, tudo contido no processo protocolado sob nº SID 11.712.457-6, mediante as cláusulas e condições seguintes :

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

O presente contrato tem por objeto os SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS PPRA – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS; PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL; PPP – PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO; LTCAT – LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I do Edital.

#### PARÁGRAFO ÚNICO - Dos Acréscimos / Supressões:

É facultado ao CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nas mesmas condições propostas, na forma do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no § 2º e seguintes do referido Artigo;

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Documentos Integrantes deste Contrato:

A contratação do objeto obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o

Página 1 de 9

Págir



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

processo do Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº 001/12 com todos os seus Anexos;

b) Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Regime de execução:

A prestação de serviços, objeto deste contrato, dar-se-á única e exclusivamente por profissionais e serviços próprios ou referenciados pela **CONTRATADA**, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/12 com seus anexos, em 12 (doze) meses ininterruptos, contados da data do início da prestação.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Recursos Humanos.

CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência e Duração do Contrato:

A vigência do contrato será de **12** (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por meio de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do inciso II, Artigo 57, da Lei nº 8.666/93, Art. 103, inciso II, da Lei Estadual n° 15.608/07.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O presente contrato poderá, através de termo aditivo, ser prorrogado por igual(is) e sucessivo(s) período(s), limitado em 60 meses, se assim o permitir a legislação pertinente e houver interesse das partes. Neste caso, serão adotadas as mesmas condições estabelecidas no contrato original. Se efetivada a prorrogação, aplicar-se-á a correção correspondente ao INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado dos últimos doze meses, apurados até a data da renovação.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

Nenhum reajuste poderá ser praticado em período menor que 12 (doze) meses de vigência deste contrato, salvo se causa fortuita ou força maior sobrevier, colocando em risco o equilíbrio financeiro das contratantes.

#### CLÁUSULA SEXTA - Do Valor:

O valor anual do presente contrato é de R\$ 134.025,60 (cento e trinta e quatro mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos), correspondendo a uma quantidade inicial de 1.214 empregados, ao valor de R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos) por empregado/mês, com valor mensal de R\$ 11.168,80 (onze mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

Parágrafo Único: O número inicial de 1.214 empregados será ajustado, mensalmente, conforme a quantidade de empregados constantes da folha de pagamento do PARANAEDUCAÇÃO, em listagem apresentada na forma do subitem 22.5 do Edital do Pregão Eletrônico 01/2012.

Página/2 de 9



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

# CLÁUSULA SÉTIMA - Das Condições de Pagamento:

O pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, será efetuado mensalmente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação da Fatura/Nota Fiscal mensal para a CONTRATANTE, desde que devidamente aprovada, observadas as eventuais variações previstas no parágrafo único da Cláusula Sexta deste Contrato. PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Para fins de pagamento pelo contratante, independentemente se os serviços foram prestados direta ou indiretamente pela **CONTRATADA**, a prestação efetiva e integral dos serviços descritos neste contrato é de responsabilidade da **CONTRATADA**.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

Ocorrendo a comprovação da prestação de serviços de forma parcial, em desacordo com o Anexo I, do Edital de Licitação Pregão Eletrônico 01/2012, irregular, na falta de prestação de quaisquer serviços ou em casos de paralisação, independente de se tratarem de serviços prestados direta ou indiretamente pela CONTRATADA, o pagamento será suspenso.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO:

A Nota Fiscal e/ou fatura deverá obrigatoriamente identificar o mês da prestação do serviço, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, sendo que o CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

#### PARÁGRAFO QUARTO:

No caso de ser constatado irregularidade na documentação apresentada, a CONTRATANTE devolverá a Fatura à CONTRATADA para as devidas correções.

#### PARÁGRAFO QUINTO:

Ocorrendo a devolução da fatura, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.

#### PARÁGRAFO SEXTO:

Ocorrendo a suspensão do pagamento, a **CONTRATADA** será notificada para que no prazo de 05 (cinco) dias regularize as condições da prestação do serviço ou apresente justificativa.

#### PARÁGRAFO SÉTIMA:

Ocorrendo a hipótese descrita no parágrafo anterior, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a solução das respectivas pendências.

#### PARÁGRAFO OITAVO:

Os pagamentos mensais serão efetuados nos termos do caput deste artigo, observando as normas da Lei nº 4.320/64 e a integral prestação dos serviços.

PARÁGRAFO NONO: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA,

Página/3 de 9



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA: Das Obrigações da CONTRATADA:

São obrigações da **CONTRATADA**, a observação dos critérios técnicos no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/12, conforme descrito abaixo:

- a) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- b) Assumir total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratual;
- c) Responsabilizar-se pelos danos que causar a **PARANAEDUCAÇÃO** ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a **PARANAEDUCAÇÃO** de toda e qualquer reclamação de possa surgir em decorrência dos mesmos;
- d) Cumprir a determinação constitucional, prevista no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).
- e) Responsabilizar-se pela integridade dos documentos elaborados em consonância com o objeto deste contrato, principalmente, quanto a eventuais consequências prejudiciais que possam produzir contra os trabalhadores, a CONTRATANTE, os órgãos públicos e a terceiros.

#### CLÁUSULA NONA: Das Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar pontualmente o pagamento dos valores devidos;
- b) Fornecer, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.
- c) Manter atualizada a relação mensal dos empregados da CONTRATANTE, para fins de ajustar a abrangência do objeto deste contrato e cálculo dos faturamentos mensais, conforme o conceito do parágrafo único da Cláusula Sexta deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Das Penalidades:

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

Págin**a 4** de 9



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

#### a) Advertência;

- b) Multas por inadimplência contratual, "de mora" igual a 0,3% por dia de atraso, e "compensatória" igual a 10% (dez por cento) do valor da licitação, se houver inadimplência total ao pactuado ou nos casos previstos no art. 152, I a III, da Lei Estadual 15.608/2007.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito à defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos arts. 161 e 162 da Lei Estadual 15.608/07.
- e) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.
- f) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- g) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da **CONTRATANTE** no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.
- h) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo menor índice alcançado entre o IGP-M, o INPC e o IPCA.
- i) Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os serviços contratados, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.
- j) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os serviços prestados pela **CONTRATADA** pode constituir motivo para aplicação do disposto art. 150, III e IV, da Lei Estadual n° 15.608/07 e art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93.

k) Nas hipóteses de descumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e comprovados, mediante processo administrativo, a **CONTRATANTE** poderá deixar de aplicar as penalidades previstas.

A THE Education

Página 5 de 9



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

- As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.
- m) Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Dos Casos de Rescisão:

- O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:
- a) Advertência;
- b) Multas por inadimplência contratual, "de mora" igual a 0,3% por dia de atraso, e "compensatória" igual a 10% (dez por cento) do valor da licitação, se houver inadimplência total ao pactuado ou nos casos previstos no art. 152, I a III, da Lei Estadual 15.608/2007.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito à defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos arts. 161 e 162 da Lei Estadual 15.608/07.
- e) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.
- f) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- g) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.
- h) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo menor índice alcançado entre o IGP-M, o INPC e o IPCA.

i) Além das multas estabelecidas, a **CONTRATANTE** poderá recusar os serviços contratados, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do

ora Education

Lan

Página 6 de 9



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

- j) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os serviços prestados pela **CONTRATADA** pode constituir motivo para aplicação do disposto art. 150, III e IV, da Lei Estadual n° 15.608/07 e art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93.
- k) Nas hipóteses de descumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e comprovados, mediante processo administrativo, a **CONTRATANTE** poderá deixar de aplicar as penalidades previstas.
- I) As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.
- m) Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Da Alteração e da Revisão Contratual:

No interesse da **CONTRATANTE**, poderá haver alteração e revisão contratual, nos seguintes termos:

- a) Alteração do contrato, especificamente em relação ao aumento ou supressão dos serviços prestados, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do pactuado, conforme previsão do Artigo 112, § 1°, da Lei Estadual n° 15.608/07;
- b) É possível supressão acima de 25% do valor inicial do contrato, por convenção entre as partes, nos termos do Artigo 112, § 2°, da Lei Estadual n° 15.608/07;
- c) Qualquer alteração que implique aumento ou supressão dos serviços observará as normas contidas no Artigo 112 da Lei Estadual nº 15.608/07, especialmente, a previsão do § 6º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico-financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente o contrato;
- d) O reajuste dos serviços só poderá ocorrer após 12 (doze) meses de vigência contratual e de acordo com os percentuais permitidos, assim ficam rejeitados quaisquer outros índices ou indexação;
- e) O esquecimento da **CONTRATADA** quanto ao seu direito de propor o reajuste, não será aceito como justificativa para pedido de efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não a pedir dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento;

f) Havendo necessidade de "revisão" por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação pelo interessado e não antes dos primeiros 12 (doze) meses a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual, dependendo da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pronunciamentos

TRADOMA SE

Página 7 de 9



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente, além de serem obedecidos os procedimentos constantes do Artigo 112 da Lei Estadual nº 15.608/07;

g) A revisão do preço contratual se efetivará de acordo como o previsto na Lei Estadual n° 15.608/07.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A CONTRATADA deverá encaminhar o pedido de reajuste por escrito, juntamente com os documentos comprobatórios, os quais serão analisados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Da Legislação Aplicável:

O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00, Lei Estadual 15.608/07, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Do Gestor do Contrato

Fica indicada como gestora do presente contrato a funcionária da CONTRATANTE, Aline Vignolis Barboza.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dos Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.



C.N.P.J. 02.392.034/0001-02 Rua dos Funcionários, 1.323 CEP 80.035-050 Telefone/Fax: (0XX41) 3250-8380 Curitiba Paraná

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Do Foro:

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E. por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as nartes, através de seus

representantes, firmam o presente presença de duas testemunhas.	contrato, em três vias de igual teor e forma na
Curitiba, 4 d	e Março de 2013
Pela Contratante:	Pela Contratada:
Flávio José Arns Superintendente do Paranaeducação	Carlos Luiz Brandini Sócio Gerente
	Socio Solonio
Décio Sérgio Ramon Vianna Diretor Técnico do Paranaeducação	
Director recritico do Paramaeducação	
Sidney Pinheiro Gonçalves	
Diretor Adm/Financeiro do Paranaedu	ıcação
Aline Maria Vignolis Barboza RG: CPF	
Testemunhas:	
<u>CRMS</u>	Muse
Testemunha 1 RG:	Testemunha 2 RG:
CPF	CPF
	e ana Educación de la companya de la
	AMOORIA.